ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 09-12-2021.

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e vinte e um minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Comandante Nádia, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Ramiro Rosário. A seguir, o Presidente registrou a presença de Carlos André Bulhões Mendes, reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e concedeu-lhe a palavra, a fim de se pronunciar acerca de termo de cooperação entre essa universidade e a Câmara Municipal de Porto Alegre. Também, o Presidente concedeu a palavra a Alexandre Bobadra. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e vinte e oito minutos às quatorze horas e quarenta e um minutos. Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 038/21 (Processo nº 1029/21), após ser discutido por Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Roberto Robaina, Jonas Reis, Alexandre Bobadra, Pedro Ruas, Leonel Radde, Idenir Cecchim, José Freitas, Airto Ferronato e Alvoni Medina. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e nove minutos às quinze horas e trinta e cinco minutos. Foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando a retirada de pedidos de votação em destaque para emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 038/21: de autoria de José Freitas, para as Emendas nºs 459, 461, 464 e 466; de autoria de Matheus Gomes, para a Emenda nº 794; de autoria de Alvoni Medina, para as Emendas nºs 896, 898 e 899; de autoria de Aldacir Oliboni, para as Emendas nºs 360, 361, 363 e 382; de autoria de Idenir Cecchim, para as Emendas nºs 001, 489, 490, 116, 359, 362, 358, 460, 462, 463, 465, 795, 840, 865 e 897; de autoria de Karen Santos, para a Emenda nº 841. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 383 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 038/21, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 038/21, juntamente com proposições apostas com parecer da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul pela aprovação e não destacadas, por VINTE E CINCO VOTOS SIM e NOVE VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth,

Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado requerimento de autoria do Colégio de Líderes, solicitando que os recursos previstos pela Emenda nº 459 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 038/21 sejam alocados na Emenda nº 462 aposta ao mesmo projeto. Em discussão geral e votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 174/19 (Processo nº 0385/19), após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni. Foram aprovados requerimentos de autoria de José Freitas, solicitando o adiamento por uma sessão da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 200/21 (Processo nº 0518/21), e de autoria de Leonel Radde, solicitando o adiamento por duas sessões da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 069/21 (Processo nº 0223/21). Em discussão geral e votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 037/21 (Processo nº 0992/21). Foi aprovado requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em votação, foi aprovado o Requerimento nº 289/21 (Processo nº 1290/21). Às dezesseis horas e vinte e um minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 054/21; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 303, 326, 353, 449, 542 e 543/21. Às dezesseis horas e vinte e dois minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Mônica Leal. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 14h15min: Boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara. Peço que o diretor Luiz Afonso proceda à chamada nominal para a verificação do quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e quatro Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): De início, hoje, vamos contar com o comparecimento do reitor Carlos André Bulhões Mendes, a quem convido, de imediato, a compor a Mesa conosco bem como a comitiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Sr. Geraldo Pereira Jotz, pró-reitor de inovação; Sr. Júlio Otávio Jardim Barcellos, pró-reitor de graduação; Sr. Maurício Viégas da Silva, vice-pró-reitor de relações institucionais; e Sr. André Luís Prytoluk, da Secretaria de Comunicação Social. Também convido o servidor Jorge Barcellos, representando a Escola do Legislativo, para compor a Mesa conosco.

De imediato, concedo a palavra ao Sr. Carlos André Bulhões Mendes, reitor, para que dela faça uso com relação com nosso termo de cooperação que será firmado em seguida.

SR. CARLOS ANDRÉ BULHÕES MENDES: Boa tarde a todos e todas. Boa tarde, Presidente da Casa, que nos recebe. Boa tarde também a quem nos assiste pela internet, há vários membros virtuais; cumprimento o plenário, pelo menos estou enxergando o Ver. Moisés Barboza, companheiro, colega, conhecido de longa data; o nosso Ver. Alexandre Bobadra, ali também presente. Quero dizer da alegria, Presidente, que é estabelecer relações formais com a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, porque, afinal de contas, a cidade são os espaços onde politicamente temos um significado mais próximo. Já houve tentativas, no passado, fortes e com resultados, junto ao arroio Dilúvio, há vários projetos e programas da cidade de Porto Alegre. No dia de hoje, nos alegra muito estar aqui presente para firmar, para assinar um verdadeiro guarda-chuva institucional, abrindo todo o rol de possibilidades de integração da Câmara de Vereadoras de Porto Alegre com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Isso nos permite implementação de ações, programas, projetos, atividades complementares de interesse comum, visando sempre o desenvolvimento institucional, compartilhamento de experiências e informações inerentes às respectivas áreas de atuação, sempre que os partícipes entenderem pertinente, além de apoio mútuo para organizações, facilitação e realização de seminários, conferências, palestras, fóruns congressos e demais eventos de interesses recíprocos, tais como competitividade, desenvolvimento de lideranças, ensino, pesquisa e inovação. É algo que contempla o todo, tudo e em todas as áreas de conhecimento. Então, é um privilégio, tanto desta Casa quanto da UFRGS, servir ao público; é o serviço público servindo a todos os públicos. Era essa a minha manifestação. Retorno a palavra ao Presidente da Mesa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado Reitor, a gente agradece essa parceria com a Universidade Federal. Eu tenho certeza de que vai agregar muito valor, em especial pela parceria que a Escola do Legislativo terá com a academia. Já temos uma integração, uma parceria com a Escola de Gestão Pública do Município com a Câmara, e, agora, com a Universidade, nós vamos acertar no que diz respeito ao aperfeiçoamento, sempre na busca pelo aprimoramento dos nossos servidores e da comunidade em geral. Com muita honra, concedo a palavra ao Ver. Alexandre Bobadra.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente, sinto-me honrado por usar o microfone neste dia tão importante de assinatura desse convênio, que certamente vai fazer diferença para os servidores desta Casa Legislativa de Porto Alegre. O Dr. Bulhões, o Dr. Geraldo e toda a equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Sul fazem um excelente trabalho, um trabalho técnico, um trabalho ímpar na

história do Rio Grande. Para avaliar um diamante, só um especialista, então, independente de ideologia, nós temos de pensar na questão técnica. Contra os fatos não há argumentos, contra os números não há argumentos, e a gestão do Dr. Bulhões, frente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é fantástica, é exemplar. Inclusive, já há uma homenagem, em tramitação nesta Casa, ao trabalho, à história do Dr. Bulhões. Ele já foi homenageado outra vez, mas, mais uma vez, vai ser ratificada essa homenagem importante, porque as pessoas que fazem a diferença têm de receber um carinho e uma atenção especial. Então, tenho orgulho de ter aqui o nosso reitor e toda a sua equipe nos prestigiando nesta data tão importante, nesta Casa Legislativa. Repito, para avaliar um diamante, só um especialista. Tem umas pessoas que não respeitam as outras, isso é natural, é por isso que as pessoas têm de buscar a graduação, a pós-graduação, o ensino técnico. Nós aprovamos, ontem, à tarde, o *homeschool*, que é o estudo em casa. Claro que o melhor lugar seria a escola, mas há a possibilidade de a pessoa aprender em casa. A educação se traz de casa, quando não se aprende educação em casa, aprende-se na rua, na escola, na faculdade. Então, fico muito feliz de ter o Dr. Bulhões, o Dr. Geraldo e toda a equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Sul aqui. O senhor que vem fazendo uma excelente gestão neste ano, na nossa Casa Legislativa, quero parabenizá-lo, Presidente Márcio Bins Ely, assim como toda a Mesa Diretora, por este convênio que, certamente, é condição *sine qua non*, para buscarmos eficiência do serviço público, e fazer mais com imersão. Parabéns, estamos juntos. Sinto-me muito orgulhoso de participar desse momento tão especial.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradeço a atenção de todos e os convido para presenciar o ato de assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a Câmara Municipal e a UFRGS.

Estão suspensos os trabalhos para a assinatura do Termo Cooperação Técnica.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h28.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 14h41min: Estão reabertos os trabalhos. Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal para verificação de quórum para a Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 14h45min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1029/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 038/21, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2022. (SEI 118.00302/2021-94)

Parecer:

- da **CEFOR**. Relatora Ver^a Bruna Rodrigues: pela aprovação do Projeto, da Mensagem Retificativa nº 01 e das Emendas nºs: “1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 362, 364, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 460, 462, 463, 465, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588,

589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 865, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 897, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967 e 968;

(...) pela aprovação das Subemendas de nºs: Bloco I de Emendas de correção: Subemenda nº 02 à Emenda nº 11, Subemenda nº 02 à Emenda nº 17, Subemenda nº 02 à Emenda nº 19, Subemenda nº 02 à Emenda nº 20, Subemenda nº 02 à Emenda nº 28, Subemenda nº 02 à Emenda nº 30, Subemenda nº 01 à Emenda nº 32, Subemenda nº 02 à Emenda nº 39, Subemenda nº 02 à Emenda nº 40, Subemenda nº 01 à Emenda nº 43, Subemenda nº 01 à Emenda nº 46, Subemenda nº 01 à Emenda nº 48, Subemenda nº 01 à Emenda nº 92, Subemenda nº 01 à Emenda nº 114, Subemenda nº 01 à Emenda nº 129, Subemenda nº 01 à Emenda nº 130, Subemenda nº 01 à Emenda nº 131, Subemenda nº 01 à Emenda nº 149, Subemenda nº 01 à Emenda nº 153, Subemenda nº 01 à Emenda nº 163, Subemenda nº 01 à Emenda nº 171, Subemenda nº 01 à Emenda nº 184, Subemenda nº 01 à Emenda nº 200, Subemenda nº 01 à Emenda nº 203, Subemenda nº 01 à Emenda nº 209, Subemenda nº 01 à Emenda nº 211, Subemenda nº 01 à Emenda nº 219, Subemenda nº 01 à Emenda nº 220, Subemenda nº 01 à Emenda nº 221, Subemenda nº 01 à Emenda nº 222, Subemenda nº 01 à Emenda nº 223, Subemenda nº 01 à Emenda nº 224, Subemenda nº 01 à Emenda nº 225, Subemenda nº 01 à Emenda nº 226, Subemenda nº 01 à Emenda nº 227, Subemenda nº 01 à Emenda nº 228, Subemenda nº 01 à Emenda nº 229, Subemenda nº 01 à Emenda nº 230, Subemenda nº 01 à Emenda nº 232, Subemenda nº 01 à Emenda nº 252, Subemenda nº 01 à Emenda nº 253, Subemenda nº 01 à Emenda nº 254, Subemenda nº 01 à Emenda nº 262, Subemenda nº 02 à Emenda nº 287, Subemenda nº 01 à Emenda nº 307, Subemenda nº 01 à Emenda nº 308, Subemenda nº 01 à Emenda nº 309, Subemenda nº

nº 656, Subemenda nº 01 à Emenda nº 657, Subemenda nº 01 à Emenda nº 661, Subemenda nº 01 à Emenda nº 662, Subemenda nº 01 à Emenda nº 667, Subemenda nº 01 à Emenda nº 669, Subemenda nº 01 à Emenda nº 671, Subemenda nº 01 à Emenda nº 715, Subemenda nº 01 à Emenda nº 766, Subemenda nº 01 à Emenda nº 767, Subemenda nº 01 à Emenda nº 771, Subemenda nº 01 à Emenda nº 773, Subemenda nº 01 à Emenda nº 799, Subemenda nº 01 à Emenda nº 812, Subemenda nº 01 à Emenda nº 815, Subemenda nº 01 à Emenda nº 817, Subemenda nº 01 à Emenda nº 818, Subemenda nº 01 à Emenda nº 823, Subemenda nº 01 à Emenda nº 824, Subemenda nº 01 à Emenda nº 850, Subemenda nº 01 à Emenda nº 852, Subemenda nº 01 à Emenda nº 853, Subemenda nº 01 à Emenda nº 854, Subemenda nº 01 à Emenda nº 855, Subemenda nº 01 à Emenda nº 856, Subemenda nº 01 à Emenda nº 858, Subemenda nº 01 à Emenda nº 859, Subemenda nº 01 à Emenda nº 871, Subemenda nº 01 à Emenda nº 888, Subemenda nº 02 à Emenda nº 890, Subemenda nº 01 à Emenda nº 891, Subemenda nº 01 à Emenda nº 913, Subemenda nº 01 à Emenda nº 936, Subemenda nº 01 à Emenda nº 937, Subemenda nº 01 à Emenda nº 938, Subemenda nº 01 à Emenda nº 939, Subemenda nº 01 à Emenda nº 940, Subemenda nº 01 à Emenda nº 941, Subemenda nº 01 à Emenda nº 942, Subemenda nº 01 à Emenda nº 943, Subemenda nº 01 à Emenda nº 944, Subemenda nº 01 à Emenda nº 945, Subemenda nº 01 à Emenda nº 947, Subemenda nº 01 à Emenda nº 948, Subemenda nº 01 à Emenda nº 949, Subemenda nº 01 à Emenda nº 950, Subemenda nº 01 à Emenda nº 951, Subemenda nº 01 à Emenda nº 952 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 965;

Subemendas de Vereadores ao Projeto: Subemenda 01 a emenda 03, Subemenda 01 a emenda 10, Subemenda 01 a emenda 11, Subemenda 01 a emenda 12, Subemenda 01 a emenda 13, Subemenda 01 a emenda 14, Subemenda 01 a emenda 16, Subemenda 01 a emenda 17, Subemenda 01 a emenda 18, Subemenda 01 a emenda 19, Subemenda 01 a emenda 20, Subemenda 01 a emenda 23, Subemenda 01 a emenda 25, Subemenda 01 a emenda 26, Subemenda 01 a emenda 27, Subemenda 01 a emenda 28, Subemenda 01 a emenda 29, Subemenda 01 a emenda 30, Subemenda 01 a emenda 31, Subemenda 01 a emenda 34, Subemenda 01 a emenda 35, Subemenda 01 a emenda 37, Subemenda 01 a emenda 38, Subemenda 01 a emenda 40, Subemenda 01 a emenda 42, Subemenda 01 a emenda 44, Subemenda 01 a emenda 45, Subemenda 01 a emenda 47, Subemenda 01 a emenda 271 e Subemenda 01 a emenda 287;

Subemendas de Relatora das Impositivas: Subemenda 01 à Emenda 39, Subemenda 01 à Emenda 238, Subemenda 01 à Emenda 299, Subemenda 01 à Emenda 301, Subemenda 01 à Emenda 314, Subemenda 01 à Emenda 316, Subemenda 01 à Emenda 390, Subemenda 01 à Emenda 417, Subemenda 01 à Emenda 492, Subemenda 01 à Emenda 649, Subemenda 01 à Emenda 719, Subemenda 01 à Emenda 765, Subemenda 01 à Emenda 821, Subemenda 01 à Emenda 889 e Subemenda 01 à Emenda 890;

Subemendas de Relatora das Não Impositivas: Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, Subemenda nº 02 à Emenda nº 02, Subemenda nº 01 à Emenda nº 116, Subemenda nº 01 à Emenda nº 359, Subemenda nº 01 à Emenda nº 362, Subemenda nº 01 à Emenda nº 462, Subemenda nº 01 à Emenda nº 463, Subemenda nº 01 à Emenda nº 465, Subemenda nº 01 à Emenda nº 489, Subemenda nº 01 à Emenda nº 490, Subemenda nº

01 à Emenda nº 795, Subemenda nº 01 à Emenda nº 840, Subemenda nº 01 à Emenda nº 860 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 865;

(...) e pela rejeição das Emendas nºs 05, 06, 07, 08, 09, 114, 115, 360, 361, 363, 382, 383, 459, 461, 464, 466, 794, 841, 842, 862, 863, 864, 866, 896, 898, 899, 916.”

“(…) pela aprovação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02.”

Observações:

- com Mensagem Retificativa nº 01;

- com Emendas nºs 1 a 14, 16 a 20, 23, 25 a 49, 89 a 112, 114 a 116, 126 a 364, 366 a 518, 520 a 860, 862 a 968;

- com Subemendas nºs 01 às Emendas nºs 01, 02, 03, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 100, 105, 110, 112, 114, 116, 126, 127, 129, 130, 131, 141, 145, 149, 151, 153, 155, 162, 163, 164, 165, 166, 169, 171, 174, 175, 178, 182, 184, 191, 193, 195, 196, 198, 200, 203, 205, 209, 211, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 251, 252, 253, 254, 259, 260, 262, 271, 275, 276, 278, 280, 282, 287, 296, 297, 298, 299, 301, 300, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 319, 320, 328, 329, 330, 331, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 354, 355, 356, 357, 359, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 368, 375, 378, 381, 384, 390, 391, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 401, 402, 404, 415, 417, 418, 419, 421, 424, 427, 438, 439, 440, 441, 447, 462, 463, 465, 470, 481, 482, 483, 485, 489, 490, 492, 496, 498, 499, 500, 503, 508, 512, 514, 519, 520, 543, 552, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 596, 597, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 651, 652, 653, 654, 656, 657, 659, 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 676, 715, 719, 722, 727, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 765, 766, 767, 771, 773, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 795, 799, 812, 815, 817, 818, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 858, 859, 860, 863, 864, 865, 865, 869, 871, 873, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 913, 920, 921, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 947, 948, 949, 950, 951, 952 e 965;

- com Subemendas nºs 02 às Emendas nºs 02, 03, 11, 17, 19, 20, 28, 30, 39, 40, 44, 47, 238, 287, 299, 390, 890;

- retiradas as Emendas nºs 15, 21, 22, 24, 50 a 88, 113, 117 a 125, 365, 519 e 861;

- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, *caput*, e art. 82, *caput*, da LOM;

- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;

- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- durante a Ordem do Dia não serão admitidas emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);
- incluído na Ordem do Dia em 09-12-2021.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLE nº 038/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha nossa sessão nesta tarde, e, de modo especial, os servidores públicos, sindicato SIMPA e demais cidadãos e cidadãs. Neste momento, numa sessão extraordinária, estamos avaliando a lei orçamentária, e a lei orçamentária é algo que para nós tem uma enorme importância. Por que uma enorme importância? Porque, se o cidadão ou o vereador não consegue se ver ali no orçamento o seu trabalho, a política que o Município desenvolve, para nós, ela não tem importância. Imaginem os senhores e as senhoras quando o servidor público perceber que, depois de cinco anos sem reajuste salarial, não consegue ver uma possibilidade, nesses próximos anos, de o atual governo recompor as perdas ou parte delas ali no Orçamento. Ele não está se vendo ali, Ver. Hamilton, e ao não se ver, não perceber isso, eu tenho certeza absoluta de que aquele cidadão, aquele vereador, Ver. Moisés, que está lá falando com o servidor público, com a comunidade, querendo que a política pública se amplie e se tenha qualidade, não é justo não apoiar uma política de recomposição dos cargos e de salários para os próximos anos. O governo municipal, o atual governo Sebastião Melo, com a base que tem maioria, aprovou na Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma diretriz para poder, ao longo de sua gestão, dialogar com o servidor público e recompor parte dessas perdas, e agora, hoje, Ver. Cecchim, líder do governo, uma enorme contradição: o governo apresenta, com pressão em cima da oposição, um relatório que deixa fora a emenda que autoriza o governo municipal a recompor essas perdas. Por isso, o nosso apelo é para que o governo avalie, do ponto de vista político, o desgaste que terá, até porque tem uma enorme contradição aqui, nobre Ver. Cecchim, líder do governo: o governo criou um GT e está discutindo com o servidor público a recomposição salarial, mas não aceita na LDO o que estão discutindo. É como se nós discutíssemos aqui algo que estamos construindo através do diálogo, mas, na vida real, não vai acontecer. Então reconhecer que é preciso aceitar essa emenda de uma autorização... Ninguém está condicionando: "é obrigado". Não é obrigado! Está autorizando que o governo, ao longo desses próximos três anos, dialogue com servidor público e discuta com os sindicatos, com a categoria, Ver. Ruas, algo que é possível, viável, porque uma peça orçamentária que tem R\$ 9,9 bilhões não tem como dizer que não é justo apresentar para o servidor público algo que nos dê a possibilidade real de visualizar e ou enxergar, ou ver que de fato tem uma vontade de política de reconstruir essa política.

E a outra é muito simples: o governo cometeu um enorme equívoco quando defendeu, na campanha, e é real isso que estou falando, a questão da democracia participativa, o OP. Existem, nas 17 regiões da cidade, os conselhos do OP, que estão indignados com o equívoco que o governo cometeu em colocar somente R\$ 10 milhões, Ver. Matheus, no OP. Nós aqui colocamos uma pequena parte. Não aceitou nem mais R\$ 13 milhões. Dezesete regiões vão disputar R\$ 10 milhões. O que vão fazer? Um posto de saúde? Talvez não dê um posto de saúde regional. Pavimentação? Creches? Eu não sei o que esses conselheiros... Aliás, dois dos conselheiros que me ligaram, disseram: “O governo cometeu o maior equívoco da cidade em querer dizer que o OP existe e aportar R\$ 10 milhões apenas”. Nós não estamos aqui brigando por emendas individuais, nós temos que olhar a cidade como um todo, e essas duas alternativas que eu levanto aqui é para uma reflexão. Nós estamos aqui para fazer um apelo ao governo. Um apelo na criação da possibilidade de diálogo e compreensão. Ninguém aqui está colocando a faca no peito, é uma questão de democracia, vir aqui defender os menos aquinhoados, os que não estão sendo vistos na peça orçamentária. E qualquer leigo pode vir aqui, a não ser aquele que entra aqui para dar amém, ou só apertar aquele botão e assim o faz ao longo de todo seu mandato. Aqui entra quem tem representatividade, e aqui é visto quem tem respeito e, ao mesmo tempo, é respeitado. Infelizmente, o governo não está respeitando aqui as grandes categorias, e uma delas é o servidor público. Esperamos que o governo reconheça isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradeço a presença dos servidores da Casa, que acompanham a nossa sessão de apreciação do orçamento, sejam bem-vindos.

A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLE nº 038/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde a todos e todas, boa tarde Presidente Márcio; primeiro, eu quero dizer que relatar essa peça orçamentária foi um grande desafio. Não porque não reúna as condições necessárias, mas porque a correlação de forças neste espaço não é favorável, inclusive, é hostil à nossa chegada. Eu sou uma, de quatro vereadores, que compõe a CEFOR, e foi um desafio no sentido do diálogo; foi um desafio no sentido da expressão do relatório, que nós queríamos e desejávamos apresentar para a cidade, a partir do olhar de uma mulher que vem da periferia da cidade, que entende que, quando a política pública não chega, isso têm uma consequência real na vida das pessoas. De uma filha de trabalhadora municipal, uma pessoa que entende a função social do serviço público, que entende a função social da política pública. Então, relatar foi um desafio, porque nós sabíamos que a cidade que nós desejávamos não foi vitoriosa na eleição. Muito pelo contrário, nós fomos derrotados na eleição. E por isso é tão desafiador relatar essa peça orçamentária. Mas eu nunca tive num lugar fácil na minha vida, inclusive, chegar até aqui, foi com muito esforço, foi com muita luta, não só mérito, não foi só por mérito.

Foi porque o tempo todo as políticas públicas foram fundamentais. Por isso eu fiz questão, mesmo com a contradição, de estar num espaço em que eu não sou a maioria, muito pelo contrário, eu sou uma única pessoa, eu fiz questão de relatar essa peça orçamentária. Eu não acredito que o orçamento seja um instrumento burocrático. Eu acredito no orçamento como um instrumento político de diálogo com a cidade. E uma cidade participativa, ela tem o desafio de também fazer com que as políticas públicas e a discussão política se materialize no orçamento. E esse desafio se materializou aqui, sejam nas dificuldades, sejam em algumas emendas, ou nas emendas, ou no relatório apresentado. Então, popularizar o orçamento é um desafio grande, coletivo, que precisa contar com cada um e cada uma de nós. Quando eu cheguei na CEFOR, eu ficava pensando sobre esse lugar. Esse lugar que dizem que não é meu, esse lugar onde uma mulher como eu nunca ocupou na história dessa comissão. Por isso é um desafio que, com todas as contradições da política, foi intenso até o último momento. A cidade não é governada pelo sonho que eu vim representar, por isso, faço aqui uma discussão de um relatório crítico bem posicionado, que reconhece nele pequenos avanços, mas que precisa de uma acumulação de forças intensas na cidade, para que a gente entenda, a gente possa aí construir o relatório necessário que faça com que o sonho que nós representamos se materialize no orçamento. Mas que não é menos importante fazer desse orçamento uma disputa política; que não é menos importante fazer desse orçamento um espaço onde a gente possa expressar a nossa opinião e a nossa indignação por esta cidade que não se materializa nesse relatório e nessa peça orçamentária. Por isso, falo que o acúmulo que tive nessa comissão, foi um grande acúmulo, ali eu pude ver como a cidade se desenvolve, e como a tal crise econômica, aqui, ela muito pouco nos impacta e como aqui os grandes empreendimentos se desenvolvem. Portanto, quando eu falo do relatório que nós sonhamos, que nós queríamos, para isso, Presidente, precisaríamos de uma correlação de forças diferente. Eu gostaria, claro, que esse relatório contemplasse o conjunto das emendas que não estão aqui. Afinal de contas, nós tivemos 968 emendas, 44 não impositivas, que totalizaram, na apresentação do relatório, R\$ 50,458 milhões, mas que a cidade demanda e carece de um investimento ainda maior, Presidente. E para concluir, eu acho que esse relatório não é o dos sonhos, mas ele é o relatório possível, que nós acumulamos e trabalhamos muito para que fosse apresentado e que fosse aprovado aqui pelos vereadoras e vereadores. Uma ótima tarde e um ótimo debate para nós.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 038/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, vereadores, vereadoras, público que nos assiste através da TVCâmara. Bem, nós, do PSOL, sobre essa questão do orçamento, temos uma visão muito consolidada. Eu sou vereador desde 2017, e nós temos sempre votado contra o orçamento, para ser muito sincero. Nós

votamos contra orçamento, porque é um orçamento do governo, ao qual nós fazemos oposição; isso aconteceu durante o governo Marchezan e segue durante o governo Melo. O orçamento é a planificação das receitas e das despesas. Se eu acreditasse que nós temos um governo com a competência e com sentido de justiça para fazer um orçamento correto, eu seria da base do governo. Como eu acredito que o orçamento espelha a natureza do governo, creio que a posição mais coerente da oposição é um posicionamento contrário ao orçamento, quando esse orçamento é apresentado. A não ser que o orçamento surpreenda tanto que ele coloque a possibilidade de uma negociação real, isso às vezes é possível, não se pode descartar, porque um governo pode estabelecer uma relação com a sociedade para que o orçamento seja construído com o conjunto da sociedade – não é o caso da peça orçamentária ora em discussão. Não é esse o caso, tanto não é esse o caso, que nós temos uma demanda que está em campanha desde o ano passado – eu poderia dizer que já faz cinco anos –, que é o caso da categoria dos municipais, que não tem sido contemplada, até o ponto que nós temos hoje uma reposição de 29,74% que não está contemplada. Então a nossa posição política é de garantir, por exemplo, que essa reposição seja contemplada no orçamento. Se isso for possível, de fato nós teremos um avanço importante, e essa é a batalha que nós daremos no dia de hoje.

Eu, pessoalmente, como vereador, não apresentei nenhuma emenda, não fiz nenhuma emenda ao orçamento do governo. Como eu já tenho uma orientação de voto, na medida em que a proposta não contempla, por exemplo, sequer a reposição de servidores, eu tenho já uma orientação que é contrária. Se o governo abrir uma margem de negociação, a própria categoria dos municipais vai começar a discutir o assunto. Eu realmente não acredito nisso, não acredito que o governo tenha uma política real de negociação. Embora eu não tenha apresentado nenhuma emenda como vereador, eu respeito os vereadores que apresentaram emendas e, na medida do possível, todas as emendas que sejam boas, que sejam favoráveis aos interesses dos porto-alegrenses, eu, como vereador, evidentemente, vou garantir o meu voto para que o orçamento possa ficar mais de acordo com os interesses do conjunto da população que, de uma certa forma, esta Casa expressa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 038/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha os trabalhos nesta sessão, eu me dirijo a vocês, porque o orçamento é de vocês, o dinheiro é do contribuinte, mas são os políticos que decidem para onde vai o dinheiro. É uma contradição muito grande. Gostaria, realmente, que existisse Orçamento Participativo nesta cidade. Nos governos da Frente Popular o povo decidia, o povo dizia, a voz do povo era soberana. Naquele tempo existia discussão: “A prioridade é A, B, C ou D. Vamos hierarquizar o que podemos fazer. O dinheiro é esse, não dá para

tudo agora”. Mas o povo, a comunidade dizia: “Queremos primeiro o posto de saúde, depois queremos o asfalto ou o inverso; precisamos saneamento ou lazer, uma praça”. Quem vive na comunidade sabe o que é prioridade, e não há problema algum dos políticos acharem que sabem das prioridades das pessoas reais, de carne e osso, que moram nas comunidades – não há problema algum. Às vezes a gente acha mesmo que sabe muito, às vezes a gente acha que sabe o correto, mas não tem como errar ouvindo a população, ouvindo povo organizado, nas suas comunidades. Claro que é trabalhoso, é muito trabalhoso o Orçamento Participativo; por isso, mesmo sendo trabalhoso, ele é positivo. Várias cidades do mundo inteiro pegaram a experiência do PT de Porto Alegre e a desenvolvem até hoje, inclusive governos de direita – a Frente Popular era de esquerda. Mas à medida que o tempo foi passando, foi sendo trocada a política do povo para a política dos políticos apenas, estritamente. E é com essa política que eu não posso concordar, não posso vir para cá e deixar de lembrar quão positivo foi esse período para Porto Alegre. Muito trabalho se fez – isso tem que se destacar –, é trabalhoso o Orçamento Participativo, debater com as comunidades, o diálogo, muita reunião, mas é a melhor forma de a gente discutir para onde vai o dinheiro do povo.

Nós vamos discutir a tarde toda aqui, vamos construir, provavelmente, consensos, e eu queria fazer um destaque: nós, as servidoras e os servidores públicos da capital, estamos há cinco anos sem o mínimo reajuste salarial. Não estou falando em aumento, é a corrosão da inflação, que come o salário de quem trabalha. Tu abres a torneira na tua casa chega água potável, refrescante? Ali está o suor do trabalhador do DMAE, que está há cinco anos perdendo 30% do seu salário, mas não deixa de trabalhar e garantir água para todo mundo. Sabe esse cafezinho que os vereadores estão tomando? Foi feito com a água do DMAE, ou seja, o DMAE é essencial, mas não está no orçamento como essencial, o servidor do DMAE. Vocês já pararam numa obra do DMAE, numa rua, numa avenida, para ver? Eles ficam atolados no barro, muitas vezes atolados no esgoto. Então, estou pedindo aqui uma sensibilidade com esses servidores, com os servidores da saúde, que se contaminaram com a covid, alguns morreram, trabalharam o tempo inteiro nesses dois anos de combate, o mínimo que nós podemos fazer é a valorização desses servidores. Eu quero pedir aqui o apoio desta Casa, desses vereadores para aprovarmos a emenda em favor do funcionalismo, porque quem defende o funcionalismo, defende a cidade. Não se faz cidade sem professor, sem enfermeiro, sem técnico, sem engenheiro, sem arquiteto, não se faz sem médico, não se faz sem monitor, não se faz sem gari. O serviço público é feito por pessoas de carne e osso, por isso nós precisamos aprovar a emenda que prevê no orçamento que o prefeito vai sentar e vai conversar com os trabalhadores que precisam que essa sangria seja estancada. Se no passado houve inconseqüência, não houve reconhecimento do trabalho das municipalidades e dos municipais, nós precisamos reconhecer. Eu acho que esta Casa vai ficar de parabéns, a cidade vai ficar de parabéns se começarmos a reconhecer quem está por trás das políticas públicas, que não são apenas os políticos, os proponentes; são os implementadores, e esses são fundamentais para o presente e para o futuro. Espero que a gente possa aprovar, estamos juntos sempre por Porto Alegre e que esse orçamento inclua cada vez mais as pessoas que mais precisam, não apenas aqueles que

sempre foram incluídos nos orçamentos ocultos de outrora. É preciso um orçamento limpo, um orçamento nítido, que o povo pobre das periferias tenha direito a ir e vir, a transporte, educação, saúde, saneamento, recreação. Espero que isso seja aprovado, aí terá sim, o governo, os meus parabéns; do contrário, terá a minha indignação. Grande abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLE nº 038/21.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhoras e senhores; colegas vereadores; telespectadores da TV Câmara; Sr. Presidente, boa tarde a todos. Hoje o tema importante é a questão do orçamento de Porto Alegre. Cada vereador tinha aproximadamente R\$ 1,4 milhão para utilizar das suas emendas impositivas, e assim o fizeram. Claro, é natural na Câmara Federal, na Assembleia Legislativa, quando tem emenda impositiva que alguns parlamentares percam o prazo. Mas se perdeu o prazo, perdeu por incompetência, não vem me dizer que não utilizou; não utilizou porque não quis, se perdeu o prazo, ou por incompetência ou porque a cabeça não pensou. Eu tenho uma imensa satisfação de dizer aqui que nós colocamos R\$ 250 mil para a nossa Guarda Municipal, para nossa Secretaria Municipal de Segurança. Da mesma sorte, nós colocamos R\$ 100 mil para o Hospital Vila Nova, para ser aplicado lá na unidade prisional; R\$ 100 mil para ajudar no calçamento de uma via de acesso que vai dar no presídio Miguel Dario; R\$ 210 mil para zerar a fila de mulheres que querem fazer o exame do câncer do cólon do útero; R\$ 40 mil para zerar a fila do exame de densitometria óssea; e mais R\$ 40 mil para o Presidente Vargas, para o Pronto-Socorro, para o Posto de Saúde do IAPI, do Posto Modelo, para o Santa Marta, da Vila Cruzeiro, do Humaitá. Nós ajudamos muita gente! Foram R\$ 50 mil para ajudar a Secretaria de Esportes, R\$ 2 mil para cada uma das 25 escolinhas. Nós pulverizamos os recursos para ajudar mesmo a cidade de Porto Alegre. Mas para encaminhar esses recursos, a pessoa tem que morar em Porto Alegre! Mas morar de verdade, andar de ônibus, lotação, bicicleta, andar, correr, conversar com as pessoas, o mundo real de Porto Alegre, não o mundo de faz-de-conta, não o cenário que eles criam.

Então, a emenda impositiva é uma excelente ideia, Porto Alegre está reequilibrando as suas finanças. Depois de 16 anos que a esquerda quebrou Porto Alegre, e Porto Alegre serviu para financiar a campanha do PT para o governo federal por muitos anos. Mas, graças a Deus, hoje o PT, a esquerda não administra nossa cidade. Podemos verificar aqui que 100% dos projetos do Executivo são rechaçados pela oposição, simplesmente, sem debate algum; simplesmente porque são do Poder Executivo. E nós, vereadores independentes, pelo contrário, votamos pela cidade, com a nossa consciência. Vários projetos da esquerda são aprovados aqui, porque nós pensamos nas pessoas, e essa é a função do parlamentar, não é só simplesmente protocolar projeto de lei, mas sim ouvir as pessoas, representar o povo de Porto Alegre

aqui na Câmara, fiscalizar as obras do Município, a Guarda Municipal, os postos saúde, as nossas escolas, andar nas ruas, conversar com as pessoas, essa é a função do vereador, que eu tenho muito orgulho, neste primeiro mandato, de estar encerrando a minha participação aí na Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH -, como presidente. Acho que esta Casa Legislativa fez muito bem o seu papel aí, no geral, acho que os 36 vereadores – fora algumas exceções –, estão de parabéns, porque Porto Alegre não pode parar.

(Não revisador pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Quero registrar e agradecer a presença, nesta tarde, do presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul – Sindimóveis, Armando Pinto Fontoura, seja bem-vindo, obrigado.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLE nº 038/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores, público que nos dá a honra de comparecer no dia de hoje, particularmente a direção do Simpa. Eu digo isso, não só pela nossa amizade de tantos anos, porque nós fechamos, Ver.^a Mônica Leal, Ver.^a Karen Santos, meu prezado Ver. Idenir Cecchim, líder do governo – eu falo aqui na condição de líder da oposição –, um acordo, a gente diria assim: um acordo processual, é um acordo de forma de votar. Porém, é um acordo também material. Por quê? Porque ele envolve, meu líder Roberto Robaina, meu líder Oliboni, o conteúdo do que nós vamos aprovar como peça orçamentária. Vejam bem a situação, vou explicar. Nós, da oposição, à exceção da Ver.^a Bruna Rodrigues, e ela tem razão, porque ela não pode votar contra o orçamento, ela é a relatora dessa peça, mas nós vamos votar contra o orçamento. Isso é uma coisa.

A outra coisa, Ver. Cecchim, é que nós vamos retirar o destaque, o pedido de destaque, das emendas que nós pedimos.

A outra coisa, senhoras e senhores, é que o governo, João Ezequiel, companheiras, companheiros, o governo vai incluir a nossa emenda da “Reposição Já!”, que está aqui no peito e está aqui para ser mostrada, Ver. Leonel Radde. E o governo também não destacará as emendas internas já aprovadas no relatório da Ver.^a Bruna Rodrigues. Portanto, que peça nós teremos agora, Ver. Cecchim? E agradeço à V. Exa. pela sua sensibilidade – isso é importante registrar. Agradeço também ao secretário Cassio Trogildo pela sensibilidade, é dever nosso registrar. Nós combatemos tanto e tantas vezes - não é, João? - e nos enfrentamos tanto, Ver. Cecchim, que, quando temos um motivo para fazer o registro do elogio da sensibilidade, eu faço. Não tenho nenhum problema com isso. Mas é fundamental que nós tenhamos, aliás, confrontos com a espada limpa; nós não temos armadilhas, nos enfrentamos frente à frente, cara à cara. E essa proposta é uma proposta séria, séria, Ver.^a Karen Santos, e nós a aceitamos com seriedade. Qual era o cenário anterior a este, imediatamente anterior? Nós íamos destacar inúmeras emendas, não aprovadas no relatório, porque o governo não aceitou;

o governo, por sua vez, ia destacar mesmo as aprovadas que nós poderíamos perder; nós discutiríamos aqui um dia e meio, mais ou menos, para chegarmos a um resultado muito ruim, Ver.^a Bruna Rodrigues. Aí conseguimos que essa proposta contemple as emendas aprovadas no seu relatório, Ver.^a Bruna, com esforço, importantes, mas conseguimos aqui fundamentalmente – Sindi; meu caro João, amigas e amigos, do Simpa; meu caro Almerindo, DMLU – colocar isso de volta, aprovada a emenda da reposição dos municipais, das municipais, lutadoras, lutadores que fazem esta cidade andar. (Palmas.) Fazem Porto Alegre acontecer no seu dia a dia para a cidadania. Por isso, fica esse o nosso registro. Concluo por aqui para dizer que estamos prontos, para assinar o acordo e, por óbvio, como sempre foi do nosso estilo, a nossa palavra tem um peso definitivo, estamos prontos para assinar e cumprir o acordo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLE nº 038/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidenta; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, servidores e servidoras do Município que nos acompanham hoje, nesta sessão; boa tarde a todos, todas e todes, porque parece que agora aqui vai ser crime utilizar a linguagem neutra, não é mesmo, amigos, amigas e amigues? Daqui a pouco, vão algemar, se a gente fala isso aqui, ontem debatemos esse assunto. Eu vou utilizar sempre no início da minha fala, porque parece que tem gente que se incomoda, então, eu vou incomodar um pouquinho mais. Não é verdade? Vamos incomodar.

Mas eu queira, em primeiro lugar, dizer que foi muito importante a pressão realizada ontem pelos representantes do Simpa, pelos representantes dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público de Porto Alegre que vieram até esta Casa e tensionaram de forma democrática, mas tensionaram de forma dura o governo, os vereadores e as vereadoras e, através dessa luta, nós conseguimos, então, aprovar essa emenda que possibilita reposição salarial. Agora, teremos uma segunda luta que é, de fato, essa reposição salarial de uma categoria que está há cinco anos sem qualquer tipo, como foi bem falado aqui, não é nem reajuste, é sem qualquer tipo de reposição. A inflação tomou conta. A inflação galopante do nosso País fez o salário desses trabalhadores e trabalhadoras ser reduzido a nada, não só aqui no Município, mas também no Estado, na União. Toda classe trabalhadora sofre com o descontrole que nós temos na economia deste País, nas políticas que estão sendo implementadas na União, no Estado e na nossa Prefeitura. São políticas focadas no ataque e no desprezo ao serviço público, serviço público que tem uma relevância tamanha na qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras. Sem o serviço público, nós não teríamos a vacinação que nós tivemos, nós não teríamos a distribuição de cestas básicas no pior momento da

nossa pandemia, nós não tínhamos o acesso da nossa população a um sistema de saúde que praticamente colapsou no pior momento da pandemia, mas que foi mantido e segurado pelos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público do nosso País. É por isso que é relevante essa nossa emenda, essa emenda da oposição que foi pensada junto com os servidores e as servidoras. É por isso que é importante que nós tenhamos essa peça orçamentária e, mais uma vez, parabenizar a sensibilidade do governo de permitir que essa política fosse colocada em prática. E nós esperamos que, no próximo ano, o governo Melo possa dar alguma sinalização, alguma indicação de reposição salarial, e que também tenha sensibilidade com as políticas sociais que foram apresentadas nesta peça, quais sejam, as emendas impositivas dos vereadores e vereadoras, e demais emendas apresentadas pela oposição, pelos partidos de esquerda. Fica aqui o meu desejo de que, a partir do ano que vem, tenhamos relações mais amistosas com os servidores e com as servidoras, que sejamos mais sensíveis às necessidades daqueles e daquelas que mais precisam, e que nós possamos transformar Porto Alegre numa cidade cada vez mais democrática, cada vez mais humana, que possa responder aos anseios de todas e de todos os porto-alegrenses. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 038/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Mônica, que, gentilmente, está presidindo esta Sessão, para que eu pudesse vir aqui falar, na realidade, Ver. Pedro Ruas, líder da oposição, meu dileto amigo, eu vim aqui para fazer uma justiça também. Vim falar da relatora do orçamento, a Ver.^a Bruna Rodrigues, e testemunhar o esforço que ela teve sempre na defesa das emendas populares ou emendas necessárias. Ela lutou como uma verdadeira leoa na defesa das emendas da oposição e conseguiu aprovar aquilo que era possível. E, agora, aqui no plenário, Ver. Oliboni, juntamente com o Ver. Pedro Ruas, com os demais vereadores, com a Ver.^a Bruna, os três líderes, estamos fazendo um acordo possível e importante. Eu estava dizendo para o nosso ex-vereador que está na plateia, que, até que enfim, conseguimos aprovar uma coisa que interessa a todos. E, Pedro Ruas, Oliboni e Bruna Rodrigues, nós estamos chegando a esse ponto, com a aprovação do relatório da CEFOR, presidido pela Bruna Rodrigues, que foi incansável e competente. Eu queria aqui agradecer o trabalho dela, da equipe que ela levou junto, e que trabalharam nesses últimos 20 dias incansavelmente. Vossa Excelência disse muito bem aqui: as coisas boas, não importa se é da situação ou da oposição, nós temos que reverberar, e eu quero fazer isso aqui, fazer uma justiça à relatora Bruna Rodrigues. Cumprimentos, Bruna! Obrigado por esse excelente trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para um requerimento.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Solicito a suspensão dos trabalhos por alguns minutos, para que a gente consiga fazer um acordo em relação às emendas, para que todos os vereadores sejam contemplados.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h29min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h35min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP) (Requerimento): Solicito que sejam retirados os destaques das Emendas n^{os} 459, 461, 464 e 466.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL) (Requerimento): Solicito que seja retirado o destaque da Emenda n^o 794.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP) (Requerimento): Solicito que sejam retirados os destaques das Emendas n^{os} 896, 898 e 899.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Nós temos aqui, Ver.^a Mônica Leal, que preside neste momento a sessão, o Ver. Idenir Cecchim, aqui ao meu lado, líder do governo; o Ver. Aldacir Oliboni, vice-líder da oposição; e eu falo na condição de líder da oposição. Solicito que seja retirado o destaque das emendas... Nós vamos pedir a retirada do destaque das emendas... Nós temos que retirar, V. Exa. assistiu aos nossos pronunciamentos da tribuna, nós temos que retirar o conjunto dos destaques. O diretor está ali, os dois diretores, aliás, Luiz Afonso e Sandro, os melhores do País. Então, vejamos se falta algum, Presidente Márcio, aí nos avisem, nós estamos aqui exatamente para suprir essa parte formal na retirada de destaques, seja qual forem, o Ver. José Freitas fez algumas, e agora o Ver. Oliboni encaminha alguns, nós temos a Ver.^a Karen, e temos o Ver. Matheus Gomes, além do que já registrei aqui.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereador, não há nenhum problema, mas o número das emendas deve ser declinado no microfone.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): E será lido agora.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Solicito que sejam retirados os destaques das Emendas nºs 360, 361, 363 e 382.

Mantemos a votação em destaque para a Emenda nº 383, que trata da reposição salarial. Um acordo feito entre bancada da oposição e governo, inclusive reproduzimos aqui o agradecimento pela sensibilidade em manter a política salarial ou repor as perdas salariais ao longo desse tempo. Essa emenda autoriza o governo a manter o diálogo e repor parte dessas perdas. Portanto, creio que na peça orçamentária agora, o servidor público, Ver. Ruas, Ver. Cecchim, Ver. Airto Ferronato, consegue enxergar uma vontade política da Câmara em trabalhar com reposição salarial. Muito obrigado.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Quero agradecer aqui ao Ver. Ferronato, que ajudou no acordo da aprovação do relatório – para fazer justiça.

Solicito que sejam retirados os destaques das Emendas nºs 001, 489, 490, 116, 359, 362, 358, 460, 462, 463, 465, 795, 840, 865 e 897.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL) (Requerimento): Solicito que seja retirado o destaque da Emenda nº 841.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estão deferidos todos os requerimentos de retirada de destaques das emendas acima.

O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLE nº 038/21.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Presidente Márcio, colegas vereadores, público que nos assiste. Nós tínhamos quatro emendas cujos destaques foram rejeitados. Nós as destacamos, e, conversando com o secretário Cassio, nós entramos em um acordo, nós retiramos os destaques, como os demais colegas vereadores também, para aprovarmos imediatamente, mas tem uma que eu quero enfatizar. Nós já temos lei aprovada aqui nesta Casa, nós aprovamos uma lei de minha autoria, Lei nº 12.743/20, que é a Central de Intérpretes, inclusive, nós sentamos hoje com o secretário, para tratarmos do assunto, para a instalação da Central de Intérpretes em Porto Alegre, em duas modalidades, uma presencial e a outra virtual. O pontapé inicial que o Município vai ter é a virtual, e depois construir, futuramente, a presencial, porque é fundamental, porque o número de pessoas deficientes, que tem sua doença agravada por não ter o intérprete para conduzir ela até o médico, para participar junto, seja num órgão público, e número, principalmente, de mulheres, que não faz os seus exames porque não tem intérprete, é muito grande. O número de mulheres com deficiência, que acaba indo a óbito por não fazer exames, é muito grande. O último censo de Porto Alegre foi de 2010 e tinha mais de 62 mil pessoas com deficiência auditiva em Porto Alegre, mais de 62 mil, hoje, com certeza, é um número muito maior. Então, como capital, é fundamental que venhamos ter uma Central de Intérprete. Então, conversando com o secretário Cassio, de umas emendas nossas que foram aprovadas,

nós vamos suplementar nesta aqui, que eu estou retirando, então, da Central de Intérpretes. Então nós vamos ser contemplados assim mesmo, nós vamos trabalhar com o governo, para que num futuro muito breve a Central de Intérprete de Libras em Porto Alegre venha a estar funcionando. Um forte abraço e obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 038/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Presidente Márcio, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, eu quero aqui, nesta tarde em que se vota a mais importante das leis que os Parlamentos aprovam e discutem, que são as leis que tratam do orçamento anual. Feito isso, eu quero cumprimentar todos os nossos companheiros, vereadores da CEFOR, o Ver. Cecchim, o Ver. Mauro, o Ver. Moisés Barboza, a nossa presidente Bruna, e cumprimentar a Bruna e sua equipe de assessores pelo trabalho incansável que fez e que teve numa experiência que precisamos estudar daqui para frente. Foram 940 emendas; nós temos emendas com valores muito baixos, que isso, na verdade, custa mais caro ao Executivo a sua preparação do que a própria execução. Então, eu já disse isso, precisamos estabelecer algum mínimo, algum limite e isso fica para o ano que vem. Quero cumprimentar o governo, capitaneado pelo nosso secretário Cassio, sempre vereador; o Cecchim, líder do governo; o Pedro Ruas, líder da oposição; para nominar as lideranças de oposição, eu vou falar no amigo Ver. Oliboni e todos que estiveram conosco, vereadoras e vereadores que participaram definitivamente dessas nossas conversas. O orçamento precisa, para ter eficácia, ser votado com a aprovação dos vereadores, mas também com o olhar favorável do Executivo, no caso os secretários que estão juntos, o prefeito e todos que se envolvem, por quê? Porque o orçamento, até bem pouco tempo atrás, era mera aprovação autorizativa, se autorizava e o governo executa ou não. Nós temos, hoje, emendas impositivas, mas temos muitas emendas autorizativas, belas emendas, que, na verdade, dependem de uma vontade do Executivo, portanto, cabe a nós, aqui, aprovar essas emendas e cobrar a sua execução. Dentre tantas negociações que se fez e que eu estive junto em quase todas elas, sei que contribuí, eu quero dizer que é preciso cumprimentar o servidor público através da participação ativa e efetiva do Ver. Oliboni, a emenda que apresentou, da reposição salarial, que é necessária, sim, precisamos dela, essa reposição os servidores clamam e precisam, sim, estamos tratando disso e estamos juntos. E principalmente dizer que essa construção coletiva é fruto de uma grande discussão que vem de um bom tempo aí. Ver. Cecchim, chegamos ao denominador que precisávamos para uma bela lei de orçamento anual. Obrigado e um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alvoní Medina está com a palavra para discutir o PLE nº 038/21.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde nobres vereadores e vereadoras, Presidente Márcio. Também, juntamente com José Freitas, retiramos os destaques das Emendas nº 896, nº 898 e nº 899 ao projeto, com o compromisso, senhores, que no ano de 2022 nós vamos implementar a Farmácia Solidária no Município, conforme prevê a Lei nº 12.739/2020. Precisamos colocar em prática essa lei que vai auxiliar as pessoas que mais precisam e que não têm recursos para adquirir medicamentos. São pessoas idosas, pessoas com deficiência e os vulneráveis. Vou me reunir com o secretário Mauro Sparta, que foi uma conversa que nós já tivemos, juntamente com o secretário institucional do governo, Cassio Trogildo, e o nosso líder do governo, Ver. Idenir Cecchim. Já existe no Estado, nosso Presidente, mais de 17 Farmácias Solidárias, que é um projeto da Fran Somensi, deputada estadual, que já implementou e o governador do nosso Estado apoiou em mais de 17 cidades gaúchas, em que as pessoas já estão usufruindo das Farmácias Solidárias, onde centena de milhares de pessoas têm tido os seus medicamento que precisam para dar continuidade aos seus tratamentos e elas, então, conseguem, junto a essas farmácias, buscar os seus remédios e dar continuidade aos seus tratamentos. Até mesmo leite para as crianças, remédio para as crianças, mães que chegam desesperadas sem ter condições de comprar leite para o seu filho, de adquirir o remédio, pessoas idosas, pessoas com deficiência que precisam e, muitas das vezes, não têm condições de comprar, de adquirir esses remédios. Então a Farmácia Solidária será para o Município de Porto Alegre algo fundamental. Nós temos mais de 1,5 milhão de habitantes e, com certeza, centenas de pessoas serão beneficiadas, como acontece na cidade de Farroupilha, onde milhares pessoas tem sido beneficiadas através da Farmácia Solidária, algo que pode implementar nas farmácias existentes, quer dizer, o custo praticamente será quase nada. Eu acredito que o nosso secretário, também o nosso prefeito Melo, que eu já conversei, dei a ideia para ele em relação à Farmácia Solidária e eu tenho certeza que será algo fundamental para a população porto-alegrense. Que Deus abençoe a nós todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 383, destacada, ao PLE nº 038/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadoras e vereadores; público que acompanha nossa sessão nesta tarde, em especial a direção do Simpa, servidores, cidadãos e cidadãs. Quero, na própria linha em que se manifestaram vários colegas vereadores e vereadoras, dizer que este local da tribuna é um local que todos nós, vereadores e vereadoras, podemos expressar a nossa posição política, seja ela partidária ou até

mesmo individual quando nós representamos um segmento da sociedade e é preciso que esse segmento seja visto na peça orçamentária. E não é diferente quando o servidor público tem passado, ao longo desses últimos 5, 6 anos, o pior das suas vidas, quando tentavam dialogar com o governo anterior e o governo anterior não recebia nenhum segmento da sociedade, não recebia e não queria receber, porque para eles o servidor público era inimigo. Para eles o servidor público não era prioridade e como não era prioridade o atendimento feito pelo servidor lá num posto de saúde, lá numa creche, lá numa escola e assim por diante. Nós queremos que aqui todos os cidadãos se sintam representados pelos vereadores e vereadoras que conseguiram conquistar este espaço para poder exercer o direito da política, da democracia.

Mas, quando nós percebemos que os governos são sensíveis ao grito – eu diria até ao grito de esperança, ao grito de protesto, de indignação – e recebem numa roda as pessoas para conversar, é algo mais que importante, muito mais que importante, porque ali está expressando a vontade política da existência do Parlamento, senão, não havia necessidade de tê-lo, porque é na política que a gente consegue convencer ou construir o futuro de algumas políticas defendidas pelo governo ou pela própria Câmara. Então, nesse sentido, queria também agradecer a sensibilidade do governo, neste momento, de aceitar a emenda da reposição salarial ao servidor público, mas que, de fato, ela aconteça, Ver. Pedro Ruas, porque, acontecendo, nós teremos, inclusive, pacificado um grande problema na cidade de sempre culpar o servidor público. Por isso louvamos aqui a iniciativa de todos e, ao mesmo tempo, aqueles, como eu e tantos outros, retiraram alguns destaques para poder operacionalizar o acordo desta tarde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 383, destacada, ao PLE nº 038/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a contrariedade do Ver. Felipe Camozzato e Ver^a Mari Pimentel.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina, o PLE nº 038/21, com a Mensagem Retificativa, as Emendas e Subemendas aprovadas pela CEFOR não destacadas. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 25 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): **APROVADO** o PLE nº 038/21, com a Mensagem Retificativa, as Emendas e Subemendas aprovadas pela CEFOR não destacadas. Ficaram prejudicadas as Subemendas nº 01 às Emendas nºs 114; 363, 863 e 864 ao PLE nº 038/21.

Em votação o requerimento de autoria das lideranças, solicitando que os recursos previstos pela Emenda nº 459 sejam alocados na Emenda nº 462, todas relativas ao PLE nº 038/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): As emendas a seguir estão rejeitadas, pois tiveram parecer contrário da CEFOR e não foram destacadas: Emendas nºs 05, 06, 07, 08, 09, 114, 115, 360, 361, 363, 382, 459, 461, 464, 466, 794, 841, 842, 862, 863, 864, 866, 896, 898, 899, 916. Informamos, ainda, que as Emendas nºs 52 a 87 foram retiradas do PLE nº 038/21. Também informamos que as Emendas de nºs 15, 21, 22, 24, 50, 51, 88, 113, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 365, 519 e 861 foram retiradas de tramitação. Por fim, informamos que as Subemendas nº 01 às Emendas nºs 114, 363, 863 e 864 ficaram prejudicadas em razão da rejeição das respectivas emendas no âmbito da comissão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está encerrado o procedimento de apreciação do orçamento de 2022.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0385/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 174/19, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui a campanha “Setembro Azul-Marinho” no Município de Porto Alegre e dá outras providências. **(SEI 021.00221/2019-85)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 09-12-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão PLL nº 174/19. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras, este projeto institui a campanha “Setembro Azul-Marinho” no Município de Porto Alegre e dá outras providências. Queria explicar a V. Exas., colegas vereadores e vereadoras, o quanto é importante a gente acentuar

algumas campanhas que vêm sendo feitas na questão da saúde pública. A questão do “Setembro Azul-Marinho” é em razão de as pessoas terem uma incidência muito grande de câncer de intestino e, portanto, quero fazer aqui a leitura de um pequeno texto ou uma pesquisa que traz dados importantes, para que as pessoas se conscientizem de poder acentuar essa questão hoje apresentada: "O Rio Grande do Sul possui uma das mais altas incidências de câncer de colo retal no Brasil. A cada 100 mil homens, 27,35% deles é vítima da doença, e a cada 100 mil mulheres, 28,64% delas possuem a enfermidade. Em Porto Alegre essa realidade é ainda pior, a cada 100 mil habitantes, pelo menos, 44 desenvolvem câncer de colo retal, em pesquisa feita em 2018. Estados como Sergipe, Amapá, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, assim como dezenas de cidades brasileiras, têm se empenhado em estabelecer leis, políticas de prevenção e conscientização sobre o tema ora abordado no projeto de lei. Em Porto Alegre, que possui esse índice assustador, não pode ser diferente. É nesse sentido que apresentamos, nesta Casa, a instituição do “Setembro Azul-Marinho”, dedicando ao desenvolvimento da campanha para alertar a população sobre os cuidados e as necessidades de evitar e superar o câncer de colo retal”. Quem não teve ou não tem, Ver. Airto, um familiar que teve câncer de intestino? Eu, infelizmente, tive a minha esposa que perdeu a vida com câncer de colo retal, três anos de tratamento, minha esposa tinha 54 anos. Meu filho ao constatar, Ver. Hamilton, que a família tinha câncer de colo retal, fez exame com 24 anos. Os médicos recomendam para as pessoas fazerem a colonoscopia acima de 40 anos. Com 24 anos, tinha dois pólipos, um maligno e um benigno. Os senhores imaginam que alguém pode ter câncer de colo retal bem mais jovem, coisa que desafia a própria medicina. Quando nós apresentamos um projeto dessa natureza, para muitos pode parecer: "Puxa, mas o que quer dizer com isso?" Quer dizer que lá naquele mês que nós estamos acentuando com outras políticas, a gente aumente a campanha para que as pessoas tenham o hábito de fazer o exame da colonoscopia, sejam homens ou mulheres. Porque a partir desse simples exame nós vamos constatar se a pessoa tem tendência ou a possibilidade de ter um pólipo, tomara que seja sempre não maligno, mas benigno, nada que preocupe. Mas, infelizmente, hoje, com os hábitos que a população tem, não sei se é a alimentação, não sou médico, mas a população mais jovem, menos idosa, possui essa incidência do câncer de colo retal. Portanto, é uma iniciativa simples, mas que para mim tem um enorme cunho social, porque trabalha com a prevenção na questão da saúde pública. Nesse sentido, queria pedir o apoio dos vereadores para nós votarmos esse projeto por unanimidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLL nº 174/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver. Oliboni.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL nº 200/21. (Pausa.)

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL n° 200/21, por uma sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR LEONEL RADDE (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL 069/21, por duas sessões.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento, de autoria do Ver. Leonel Radde. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0992/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 037/21, que altera o parágrafo único do art. 1º, o inc. IV do art. 4º e o inc. V do art. 5º, todos da Lei Municipal nº 12.713, de 7 de julho de 2020, que estabelece normas para a prestação do serviço de utilidade pública de Linha Turismo no Município de Porto Alegre e inclui o § 3º no art. 5º da Lei Municipal nº 12.903, de 7 de julho de 2016. **(SEI 118.00298/2021-64)**

Parecer:

- da **CCJ.** Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 06-12-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLE nº 037/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO,** com a contrariedade da Ver.^a Daiana Santos.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento nº 289/21 na priorização da Ordem do Dia da presente sessão; e que seja a primeira matéria a ser apreciada. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 289/21 – (Proc. nº 1290/21 – Ver^a Laura Sito) – requer a realização de Sessão Solene no dia 14 de dezembro, às 15 horas, em solidariedade ao Povo Palestino. **(SEI 216.00164/2021-26)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 289/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h21min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1278/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 054/21, que altera o *caput* do art. 1º, os incs. I, II, III, IV, V e VI do art. 5º e inclui os incs. VII, VIII, IX e o parágrafo único no art. 5º da Lei nº 12.662, de 21 de janeiro de 2020, que institui o Programa de Residência Técnico-Superior (PRTS) no âmbito do Município de Porto Alegre. **(SEI 118.00340/2021-47)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0743/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 303/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que obriga o uso de câmeras corporais e de equipamentos de *Global Positioning System* (GPS) por todos os membros da Guarda Municipal do Município Porto Alegre durante o exercício de suas atividades profissionais. **(SEI 208.00202/2021-59)**

PROC. Nº 0799/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 326/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia Municipal de Conscientização sobre Alergias no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas

Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 08 de julho. (SEI 024.00078/2021-43)

PROC. Nº 0844/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 353/21, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Emanuel Mantalof o logradouro público conhecido como Rua B da Vila Sapolândia, Bairro Lami. (SEI 034.00340/2021-40)

PROC. Nº 1052/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 449/21, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que denomina Rua Jorge Grandi o logradouro parcialmente cadastrado conhecido como Rua Sete Mil Quatorze Loteamento Parque do Salso – Bairro Restinga. (SEI 024.00107/2021-77)

PROC. Nº 1214/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 542/21, de autoria da Ver^a Daiana Santos, que inclui a efeméride Semana da Saúde da População Negra no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, realizada na última semana de outubro. (SEI 209.00179/2021-00)

PROC. Nº 1216/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 543/21, de autoria do Ver. Alberto Terres, que inclui a efeméride Semana de Conscientização Sobre a Doença Falciforme no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, e alterações posteriores –, com início dia 16 e fim dia 23 de agosto. (SEI 263.00001/2021-04)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h22min.)

* * * * *